

Ofício 1- 4.309/2023

De: Tratare Construções Eireli Epp

Para: -

Data: 09/08/2023 às 11:12:17

Setores envolvidos:

SMF - SCL

CONTRATO 206 2023 TRATARE CONSTR EIRELI

Bom dia Renato ,

Segue contrato assinado.

A dispor,

Neiva Eckert

Anexos:

CONTRATO_N_206_2023_TRATARE.pdf

4.3 A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue na Secretaria solicitante ou para o fiscal responsável pela Secretaria.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias do mês subsequente ao que foi realizado o serviço, objeto do edital, mediante a entrega da nota fiscal discriminada conforme a nota de empenho onde deverá constar o número da conta, agência, banco correspondente ao CNPJ participante da referida licitação, não será aceito a emissão de boleto para o pagamento.

5.1.1 A forma de pagamento se dará mediante transferência bancária.

5.2 A medição e o pagamento serão feitos por metro linear (m) de drenagem executada, e por unidade (un) nas execuções das bocas de lobo e poços de visita, estando incluídos na composição do preço unitário, todas as ferramentas, os custos fixos e toda mão de obra necessária à execução dos serviços. A metragem executada deverá ser anotada na ordem de serviço para controle de pagamento, a qual será conferida pelo responsável da prefeitura.

5.3 As ordens de serviço deverão ser retiradas junto à Secretaria Municipal de Obras, Transito e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Canguçu de segunda a sexta feira.

5.4 As ordens de serviço concluídas deverão ser devolvidas à prefeitura, na Secretaria de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos preenchidas de forma correta e legível, com todas as informações referentes aos serviços.

5.5 A prefeitura acompanhará e fiscalizará a execução dos serviços por amostragem antes da liberação do pagamento, sendo que a fiscalização terá poderes para exigir que os serviços sejam refeitos se não estiverem de acordo com as normas estabelecidas.

5.6 A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

5.7 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

5.8 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

5.8.1 Juntamente com a Nota Fiscal, a promitente prestadora deverá apresentar o Certificado de regularidade do FGTS e CND do INSS e outros documentos que possam ser exigidos pela Municipalidade.

5.9 O CNPJ da promitente prestadora constante da nota fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

5.10 Nenhum pagamento será efetuado a promitente prestadora enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- a) executar o fornecimento de acordo com os ajustes pactuados neste contrato correspondente;
- b) observar na execução do contrato, os princípios de boa técnica e qualidade;
- c) quando da realização do contrato, submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE;
- d) utilizar seus equipamentos e fornecer os materiais necessários à execução do objeto, com despesas as expensas da CONTRATADA;
- e) responder pelos prejuízos ou danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, seja esta consequência de culpa ou dolo próprio ou de seus propostos ou auxiliares;
- f) Não possuir débitos em atraso junto ao Município de Canguçu;

Parágrafo único. A CONTRATADA não poderá transferir a outrem as obrigações assumidas neste contrato.

CLÁUSULA SETIMA – DAS OBRIGACÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE tem a obrigação de cumprir este contrato, na forma legal e segundo as disposições previstas no edital correspondente e neste instrumento contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

O Proponente poderá ter o seu contrato suspenso ou cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

- I - A pedido, quando comprovar, mediante solicitação expressa, estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório.
- II - Por iniciativa da Administração quando:



- a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços, inclusive não realizando a entrega da mercadoria no prazo contratado;
- b) o fornecedor não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar a sua justificativa;
- c) o fornecedor der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente decorrente do registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

Parágrafo primeiro. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado será realizada pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao registro de preço.

Parágrafo segundo. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será realizada por publicação na imprensa oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.

Parágrafo terceiro. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração, se apresentada com antecedência de 10 (dez) dias da data da convocação para firmar contrato de fornecimento pelos preços registrados, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

A recusa injusta da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Município, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui previstas.

Pelo descumprimento total ou parcial da entrega dos equipamentos, a autoridade administrativa poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- b.1) Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;
- b.2) multa nas formas previstas no item c e d (desta cláusula);
- b.3) rescisão de contrato;
- b.4) suspensão do direito de licitar junto à Prefeitura Municipal de Canguçu, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- b.5) declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com a Prefeitura Municipal de Canguçu.

c) Será aplicada multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso e descumprimento das obrigações estabelecidas no presente edital, até o máximo de 10 (dez por cento), a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da notificação oficial da contratada.

d) Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do contrato, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da notificação oficial da contratada.

As multas serão descontadas dos pagamentos e, quando for o caso, cobradas judicialmente.

As sanções previstas nos itens b.1, b.3 e b.4 do edital poderão ser aplicadas juntamente com a do item b.2, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes deste Edital correrão por conta da dotação orçamentária a seguir:

ÓRGÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

11.1 - Fica responsável pela fiscalização deste contrato o **Sr: Neifer Rodrigues Penning** , Cargo: Técnico em Edificações. Matrícula: 00502952 / 1 .

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

12.1 – Integram o **presente contrato, a Ata de registro de preços nº 130/2022, o Edital de Pregão Eletrônico Nº 78/2022** e a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supra numerado.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8666/93, alterada pela Lei Federal 8883/94, que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

13.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Canguçu - RS, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas deste contrato.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento.

Canguçu, RS 08 de Agosto de 2023.

CLEDEMIR DE OLIVEIRA GONÇALVES
VICE PREFEITO NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PREFEITO
PREFEITO MUNICIPAL

NEIVA TERESINHA
ECKERT:52080331000

Assinado de forma digital por NEIVA
TERESINHA ECKERT:52080331000
Dados: 2023.08.09 11:10:08 -03'00'

CONTRATADA

Assinado por 2 pessoas: NEIVA TERESINHA ECKERT, CLEDEMIR DE OLIVEIRA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/67AB8-201B8-8229C-552C3> e informe o código 67AB8-201B8-8229C-552C3





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 17D8-20D1-8295-502C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



NEIVA TERESINHA ECKERT (CPF 520.XXX.XXX-00) em 09/08/2023 11:13:04 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/17D8-20D1-8295-502C>



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6AB3-A788-712C-E423

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FERNANDA DIAZ FLORES (CPF 817.XXX.XXX-91) em 09/08/2023 13:03:57 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



CLEDEMIR DE OLIVEIRA GONCALVES (CPF 791.XXX.XXX-15) em 09/08/2023 14:55:17 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/6AB3-A788-712C-E423>